

Índice

1

COESÃO SOCIAL

Nota prévia

Intervenção Social

Habitação e Bairros Sociais

Segurança

Educação

Desporto Amador

2

REQUALIFICAÇÃO URBANA

Reabilitação e RE-Habitação do Centro da Cidade

Ambiente e Qualidade de Vida

3

MOBILIDADE E TRANSPORTES

Mobilidade Urbana

O Metro do Porto

4

DINAMISMO E NOTORIEDADE

Porto – Cidade de Ciência

Cultura

Turismo

Dinamismo na Autarquia – reorganização dos Serviços

Notoriedade

Uma palavra final, para a JUVENTUDE e INOVAÇÃO

EQUIPA DE COORDENADORES

COORDENAÇÃO:

Luis Valente Oliveira, Lino Ferreira (Relator Geral), Paulo Rangel,

Rui Pedroto, Diogo Feyo.

## Apresentação

Este é um programa que prolonga o que começou a ser concretizado nos últimos quatro anos e que lança acções que hão-de melhorar face da Cidade, preservando o seu carácter.

Como se sabe, há quatro anos o Porto era um estaleiro de obras insuficientemente dotadas dos indispensáveis meios financeiros para a sua concretização. Foi preciso fazer um esforço grande de coordenação e de gestão financeira para “arrumar a casa” em dois sentidos: no físico e no financeiro. Muito foi feito noutros domínios, para além das obras do Porto 2001. A parte social, particularmente os bairros que ainda são propriedade da Câmara, mereceu uma atenção especial. Mas não é somente a parte física dessas casas que interessa; importam mais as pessoas que nelas vivem e o futuro dos jovens que pertencem a essas famílias.

Entendemos que a Cidade é de todos e é para todos. Por isso não se privilegia nenhum grupo especial. Preocupa-nos, particularmente, definir e accionar os instrumentos que reabilitem o Porto e façam dele uma Cidade boa para viver, trabalhar e visitar. Para isso ela tem de ser saudável e atraente e não apresentar factores de atrito interno que penalizem as actividades que nela queremos ver fixadas.

Independentemente de agirmos sobre todas as áreas, entendemos que o enunciado de um longo rol de objectivos não é politicamente sério e significa, no fundo, que não se sabe o que se quer. Por isso focamos as nossas prioridades em quatro propósitos muito claros:

A – A COESÃO SOCIAL

B - A RECUPERAÇÃO DO NÚCLEO URBANO ANTIGO

C – A MOBILIDADE DENTRO DA CIDADE E ENTRE ESTA E OS ESPAÇOS EXTERIORES

D – A DINAMIZAÇÃO E A PROMOÇÃO DA NOTORIEDADE DA CIDADE.

Todos estes objectivos se auto-justificam. Também estão interligados entre si: não se pode promover a dinamização de um espaço confinado sem tratar do seu núcleo central degradado e sem garantir a todas as actividades uma acessibilidade generalizada; não se pode promover a reabilitação física sem cuidar da coesão social; não há promoção da notoriedade da Cidade, em termos positivos, sem garantia de segurança...

Os instrumentos de acção correspondentes àqueles objectivos são múltiplos. Não os enunciaremos exaustivamente, preferindo dar exemplos daqueles que nos parecem mais ajustados. Por outro lado, muito já foi feito, nomeadamente no domínio da coesão social, onde tantas disparidades e tão gritantes nos esperavam há quatro anos e, em grande parte, ainda nos continuam a esperar.

Por outro lado, pareceu-nos conveniente relembrar algumas das medidas já tomadas que mostram que se soube escolher o caminho certo. É preciso insistir nas que deram resultados visíveis e levar a cabo muitas outras que consolidem os aspectos positivos ou abram portas para novas formas de atacar os problemas antigos e aqueles que, entretanto, adquiriram expressão.

Houve processos que demoraram tempo a afinar, como é o caso da legislação que permitiu a constituição da Sociedade de Reabilitação Urbana (S.R.U.) mas que agora nos permitirá avançar no terreno a passos largos. Há outros que têm carácter permanente e que reclamam uma atenção constante e um empenhamento determinado, como é o caso da reforma da Administração Municipal. Há problemas que se foram agravando, como é o caso da poluição dos cursos de água — especialmente do Douro — e das praias e a que é preciso dar resposta. A preocupação do desenvolvimento sustentável obriga a parcerias com centros de saber e de investigação que façam recomendações física, económica e socialmente praticáveis, numa conjugação frutuosa a que um autor chamou de engenharia física, engenharia humana e engenharia social.

O turismo de qualidade parece-nos ser uma actividade ao nosso alcance. Mas, para isso, tem de se promover a Cidade em termos diversificados, cuidando da projecção da sua imagem cultural, científica e monumental e, obviamente, da qualidade do acolhimento que reservamos aos nossos visitantes.

Os jovens têm de merecer uma atenção especial, porque representam o futuro, mas também porque são determinantes de muitos equilíbrios presentes. Se viverem ou frequentarem o centro este tornar-se-á mais seguro; se animarem os equipamentos culturais já construídos dar-lhes-ão um sentido útil; se se sentirem bem na Cidade representarão uma garantia da sua vitalidade e ajudarão a projectá-la. Por isso, eles estão mencionados em vários capítulos do programa: desde a habitação no Centro Histórico ao equipamento desportivo disperso pelas Freguesias; desde a consolidação da Cidade do Conhecimento, que almejamos e que tem neles os seus principais intérpretes, até à animação dos equipamentos culturais com actividades que lhes interessem e que dêem vida ao Porto. Por tudo isso, os jovens foram atentamente ouvidos com vista à redacção deste programa.

Todos estes instrumentos de acção foram discutidos e retidos no programa que se segue. Há quatro anos, produzimos novecentas páginas de estudos para reter cerca de trinta como programa. Desta vez aconteceu situação parecida, com a diferença de que nos aplicámos no aligeiramento formal da apresentação, para fazer com que o maior número de eleitores leia o programa. Adicionámos, quando adequada, uma menção ao que já foi feito em cada domínio enunciado.

Esperamos que, desta forma, os eleitores tenham uma grande facilidade em avaliar o que lhes propomos e em formular o seu juízo acerca da consistência do nosso programa.

## 1. COESÃO SOCIAL

## COESÃO SOCIAL

Da base do programa autárquico de 2001, “Pelo Porto Sempre”, ressaltava uma ideia chave – Coesão Social. As diversas propostas apontadas foram escrupulosamente seguidas e os resultados obtidos podem hoje ser avaliados como muito positivos. É claro que a dimensão dos problemas que afectavam o Porto, em matéria social, era de tal modo grande que impossível se tornava alcançar uma correcção objectiva apenas em 4 anos. Foram décadas de lamentável esquecimento. Porém, nunca o Porto avançou tanto no combate à exclusão social. E nunca o Porto teve políticas tão objectivas nos campos da segurança, da habitação social, da educação cívica e da reabilitação dos toxicodependentes e dos sem abrigo.

A preocupação com a vertente social foi a marca mais forte dos últimos quatro anos e continuará a ser no próximo mandato; em nome da justiça social, mas também em nome da segurança urbana que tanto nos deve preocupar.

## INTERVENÇÃO SOCIAL

É hoje consensual a ideia de que, na Europa, não há desenvolvimento sem coesão social, ou seja, não é desenvolvida uma cidade que exclua alguns dos seus cidadãos e não encontre respostas sociais adequadas para todos.

Sendo certo que as políticas sociais são habitualmente entendidas como uma competência da administração central na senda de uma tradição já muito consolidada, o Porto não irá eximir-se à criação de meios de sustentação e, até, infra-estruturação de políticas assentes no tripé Governo / Autarquia / Cidadão.

À Autarquia cabe, contudo, a criação de políticas de intervenção prioritária (Hospital Social) exclusivamente dedicadas às situações de exclusão social extrema e miséria material, como já tem vindo a ser feito.

Esse será talvez o maior investimento que uma sociedade pode promover, já que só com coesão social é possível o desenvolvimento. Este esforço, de criação de uma cidade solidária, vem a ser perseguido, no Porto, desde há quatro anos, com resultados que a Europa muito apreciou através da FEANTSA – Federação Europeia das Associações Nacionais dos Sem Abrigo, organismo reconhecido pela Comissão Europeia.

O grupo de Saúde e Protecção Social da FEANTSA aconselhou todos os estados membros a “seguir o exemplo do Porto, sublinhando as boas práticas desenvolvidas na luta pela inclusão de todos os cidadãos excluídos”.

O apoio social deve ser entendido de uma forma integrada e evolutiva.

A cidade, quanto mais vai crescendo no seu tecido urbano, mais limbos, zonas de obscuridade social, vê emergir, a ponto de se ocultarem das zonas de maior visibilidade social. Esses territórios são habitados por uma diversidade de pessoas que foram descaindo para aí, através de complexos processos de exclusão, que não se compadecem com a forma tradicional de assistência. Reclamamos, por isso, planos estruturais de intervenção de acordo com o conhecimento científico moderno, produzido sobre esta problemática. As teorias assistencialistas estão ultrapassadas porque são estáticas, mantêm o problema e alimentam-no. Modernamente, encaramos esses problemas numa perspectiva integralista, com uma intervenção activa, que abra caminhos sólidos e perenes de integração social.

A Cidade (através dos seus gestores) tem que ir ao encontro dos territórios de exclusão, para os conhecer, para os descrever, para os diagnosticar, para os humanizar, para os encaminhar, para devolver aos seus actores um dos principais direitos que qualquer cidadão tem: o direito à cidadania.

Nos territórios de exclusão, encontramos cidadãos que apresentam uma elevada incidência de comportamentos aditivos em relação às drogas, problemas de álcool, isolamento social, marginalidade, pobreza, auto-destruição, conflito com o exterior, insatisfação contínua e elevada mortalidade (Associação Norte Vida, 1999).

A Câmara do Porto tem que ser o garante da infra estruturação de toda a actividade social.

Fiéis aos princípios que atrás Fiéis Fiéis aos princípios que atrás expusemos e dotados dum modelo de gestão que pensamos ser adequado face às circunstâncias, vimos implementando,

ao longo destes anos, um conjunto de medidas que têm minimizado os problemas sociais, contribuindo para uma integração efectiva dos portuenses na sua Cidade. Desta forma tem vindo a construir-se uma Cidade mais solidária e mais segura.

O combate à exclusão social extrema desenvolve-se, essencialmente, através do programa PORTO FELIZ.

O Porto Feliz teve como principal alvo de intervenção, de 2002 a 2004, o grupo dos arrumadores e começou a abordar, no início de 2005, a questão dos sem abrigo.

A Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto é o instrumento de que a Câmara e a Cidade dispõem, tendo em vista a captação de recursos para aplicação, de forma directa ou em parceria, para fins de âmbito social.

Ainda no capítulo da intervenção social deveremos dar continuidade, com enorme entusiasmo, ao excelente trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Provedor dos Cidadãos com Deficiência, cargo que de forma pioneira criamos em 2002, que muito nos orgulha, e que tem merecido os mais rasgados elogios aos mais diversos níveis.

## HABITAÇÃO E BAIROS SOCIAIS

Considerar esta matéria no primeiro grande objectivo do Programa reflecte uma atitude de coragem, por um lado, e uma força verdadeira no sentido da coesão social na Cidade.

Na verdade, a autarquia portuense é o maior senhorio do País. Gere um parque habitacional de cerca de 14.000 fogos, acolhendo mais de 50.000 pessoas (18% dos Portuenses).

Ao longo dos anos, as administrações municipais não deram aos Bairros Sociais a prioridade que eles mereciam. Em consequência, as habitações degradaram-se, as questões sociais empolgaram as suas características mais negativas e, por isso, os bairros transformaram-se em guetos com problemas sociais complexos e sem o mínimo de qualidade de vida. Esses problemas sociais complexos, contudo, extravasaram as fronteiras desses guetos e vieram a criar óbvios problemas de segurança em toda a malha urbana.

Houve, por isso, que eleger esta área como prioritária. Tomaram-se iniciativas corajosas, mau grado a opinião crítica daqueles que, durante anos, nada fizeram. Demoliram-se barracas, bairros velhos e ilhas municipais. Apostámos na requalificação profunda dos bairros mais problemáticos (Bairro S. João de Deus, por exemplo), começando a abri-los à Cidade, rasgando vias de circulação adequadas ao aglomerado, dando-lhes uma imagem idêntica às restantes zonas da Cidade. O tratamento urbanístico das zonas circundantes e de ligação à Cidade é também uma tarefa prioritária, no espírito da criação de uma Cidade una e sem guetos.

Iniciou-se um processo de conservação de todas as habitações municipais, intervindo, sobretudo, naquilo que é essencial para preparar outras intervenções de qualidade – telhados, caleiras, infra-estruturas de higiene e salubridade.

A criação de regras para a distribuição das casas e, sobretudo, para a definição de rendas justas, criaram um espírito de confiança na administração e diminuíram tensões sociais existentes. Para isso, apostamos num sistema informático de gestão do parque habitacional, acessível a qualquer cidadão, o que virá a facilitar uma gestão equilibrada e transparente do processo. Criámos o GIM – Gabinete do Inquilino Municipal, no âmbito da Empresa Municipal de Habitação e Manutenção. Este local de atendimento está dignamente instalado no edifício da Empresa Municipal de Habitação e Manutenção, com pessoal formado para um atendimento rápido e eficiente de qualquer morador das habitações que são propriedade da Autarquia. A organização já conseguida no âmbito desta Empresa Municipal mostra bem o novo dinamismo imprimido a esta área, apesar de termos clara consciência que podemos melhorar bastante e que ainda há situações de injustiça que temos de corrigir no que concerne aos rendimentos usufruídos e à renda paga por parte de algumas famílias.

Consideramos essencial dar a possibilidade de intervenção directa dos usufrutuários das habitações e, por isso, iniciámos um processo de alienação do património edificado, em condições excepcionais de preço e condições de pagamento. Para os que não revelarem interesse ou capacidade para optar por esta solução, manteremos o processo de recuperação e, sobretudo, manutenção – em tempo – das habitações mais degradadas.

Trata-se de uma tarefa difícil e demorada, mas aceitamos o desafio!

Mas não poderíamos reduzir a intervenção às questões das obras, atenta a baixa auto-estima da

sua população. Sabemos que as obras, embora tenham maior visibilidade pública, não promovem, por si só, a coesão social. Nesse sentido, apostámos na promoção social e na criação de condições justas de igualdade entre os cidadãos. É que, a par da falta de condições habitacionais, sentia-se a enorme injustiça de ocupações indevidas, de utilização das habitações para fins impróprios, como o tráfico de droga, por exemplo, a sobrelotação, a falta de emprego, a baixa escolaridade (abandono precoce da escola), os baixos rendimentos, o crescimento de conflitos e, numa palavra, a marginalidade.

Progressivamente, estamos a acabar com a noção de “escola do bairro” indutora da manutenção do espírito de gueto. Prosseguiremos a implementação do projecto de animação cultural, “Porto Bairro a Bairro”, que se revelou como um dos grandes processos de elevação social. Este processo tem também uma vertente lúdica e educativa, prevenindo o abandono escolar e de ocupação dos tempos livres.

## SEGURANÇA

A Câmara Municipal do Porto, através dos serviços nela integrados, das entidades dela dependentes ou a ela associadas, estabeleceu como seu principal desígnio o combate aos fenómenos sociais geradores de riscos urbanos, a exclusão social, o crime, a violência urbana e as incivildades de uma forma geral e, ainda, a insegurança rodoviária, pretendendo, desse modo, promover o bem-estar social e a qualidade de vida urbana.

Para alcançar este propósito, torna-se necessário garantir um suporte, científico e de inovação, às políticas públicas, incorporando-o nos instrumentos de desenvolvimento de políticas e de medidas de intervenção municipais. A Câmara Municipal do Porto e a Faculdade de Direito da Universidade do Porto acordaram em celebrar um protocolo de colaboração que garante a criação de um Projecto Mobilizador da Investigação Científica, no domínio dos riscos urbanos e da segurança, visando um conhecimento aprofundado e objectivo da realidade da Cidade do Porto e uma intervenção cientificamente fundamentada.

Existem, porém, acções concretas, já em desenvolvimento, que deverão prosseguir e expandir-se, na medida do possível, a toda a Área Metropolitana do Porto. Acreditamos que só uma acção conjugada e muito bem coordenada, neste e nos concelhos vizinhos, de prevenção e implementação de medidas preventivas, poderá ter êxito.

Desde logo, importa expandir e partilhar com as autarquias envolvidas, o Projecto Porto Feliz que, reduzido à Cidade do Porto, se desenvolve com condicionalismos complexos, que atrasam os seus êxitos. O Grande Porto – AMP – é cada vez mais uma realidade que exige concertação de medidas e de projectos.

Uma das tarefas fundamentais é a criação de condições para que o Porto se torne uma Cidade onde se implementem medidas aparentemente simples, mas de grande alcance cívico. Estão neste caso, por exemplo, a criação de uma disciplina de conservação, através da limpeza imediata de graffities, recolocação de vidros partidos, reparação e pintura de fachadas de edifícios degradados, vedação efectiva de edifícios abandonados ou com obras paradas. Importa ainda reforçar a iluminação pública e implementar sistemas de vídeo-vigilância, especialmente nas zonas tradicionalmente críticas, centrais de transportes, parques de estacionamento ao ar livre e locais de diversão nocturna.

Os objectivos e competências já definidos materializaram-se na criação de um programa de investigação científica, designado por Observatório de Riscos Urbanos e Segurança (ORUS), centrado, numa primeira fase, na aplicação sistemática de instrumentos de medida da criminalidade e da insegurança.

Este Observatório orientará, no plano estratégico e funcional, as políticas sociais que visem garantir a segurança dos cidadãos.

O Presidente da Câmara Municipal, ou o Vereador responsável pela área, deverá participar e promover reuniões frequentes de coordenação entre todas as entidades de qualquer forma responsáveis pela segurança na Cidade, quer passiva, quer activa, e promover as medidas que estão na sua esfera de competências para facilitar as acções de coordenação que conduzam a uma maior segurança. A par de todas as medidas de política social, é, também, extremamente necessário ter uma Polícia activa e motivada e não profissionais com fraca autoridade e fraca vontade de intervir.

## EDUCAÇÃO

É através da Educação que um povo melhor poderá garantir a coesão social, elevando os seus níveis de qualificação e a sua competitividade.

Nesta área, foi fundamental a instalação do Conselho Municipal de Educação (Fev/2004). Para além do cumprimento de um compromisso, o actual Executivo considerou-o um fórum importante de aconselhamento e debate sobre os verdadeiros problemas da Educação na Cidade.

A Carta Educativa do Porto está em fase avançada de elaboração e foi já considerada, pela DREN, como um dos melhores exercícios de planeamento alguma vez realizados por uma autarquia. Este estudo vai prosseguir, ser amplamente debatido por toda a população interessada, e aprovado, obrigando a Câmara e o Ministério da Educação a assumirem as suas responsabilidades no reordenamento e requalificação do parque escolar existente.

O Presidente da Câmara, como provedor da Cidade, irá exigir também do Ministério da Educação que assuma as suas responsabilidades, ao nível das escolas dos 2º e 3º ciclos e secundárias, nomeadamente na decisão final para a instalação do Conservatório de Música do Porto, da sobrelotação da Escola Secundária Artística Soares dos Reis e sobretudo, no avanço do Programa “Rede EDUTEC”, onde as escolas secundárias Fontes Pereira de Melo, Infante D. Henrique e Oliveira Martins estão incluídas desde a primeira hora.

A observação cuidada do estado de degradação de alguns Jardins-de-infância e Escolas do 1º Ciclo levaram ao lançamento do Programa “Melhor Escola – Melhor Cidade – Escola Viva”. Através deste Programa foram feitas intervenções em mais de metade das escolas que apresentavam maior degradação. Pretende-se prosseguir esta acção e, até ao final do mandato, requalificar todas as escolas do 1º ciclo. Ao nível da educação pré-escolar, é fundamental fazer a substituição dos Jardins-de-infância ainda instalados em pavilhões pré-fabricados e alargar a rede de oferta, garantindo o acolhimento a todas as crianças.

Ao nível da Segurança em Espaço Escolar, muito já foi feito. As obras de requalificação das escolas assumem-se como passos importantes na área da segurança passiva. Foram elaborados e testados “Planos de Emergência e Evacuação”. A ligação permanente à PSP, nomeadamente através do Programa Escola Segura, e à Polícia Municipal, garantiu uma vigilância de maior proximidade, mesmo nos espaços circundantes a todos os estabelecimentos de ensino do Porto.

Mas é sobretudo nas áreas do Abandono e do Insucesso Escolar que nos propomos fazer uma aposta forte, dentro do princípio orientador da Coesão Social. O Porto terá que garantir que nenhuma criança ou jovem abandona a escola. Trata-se de uma tarefa que não trará resultados visíveis no imediato mas que garantirá um futuro mais próspero e feliz para os cidadãos de amanhã. Teremos que contar com a colaboração activa das escolas, dos professores, das Juntas de Freguesia e, sobretudo, das Associações de Pais.

É fundamental tornar a Escola cada vez mais atractiva, desenvolvendo projectos extra-curriculares como os já lançados: o “Speak Easy”, o da “Rede de Bibliotecas Escolares do Porto”, e outros em estudo.

As cantinas escolares, projecto em fase de conclusão, assegurarão uma refeição quente em todas as escolas do 1º ciclo, concorrendo também para uma política de educação alimentar e de saúde.

Reconhecemos a enorme mais valia do trabalho que tem vindo a ser feito com as Associações de Pais da Cidade. Na medida do possível, apoiaremos estas estruturas associativas e colaboraremos na criação de novas Associações, activas e interventoras na vida escolar. Teremos que assegurar, com os pais, a cobertura total de programas de ocupação de tempos livres – ATL.

## DESPORTO AMADOR

O Desporto Amador não poderá ser considerado como um fim em si mesmo. Acima de tudo trata-se de um processo facilitador da promoção de valores essenciais como sejam o desenvolvimento das competências básicas para o trabalho em equipa, o respeito pelo próximo

e a ocupação dos tempos livres com “fair play”.

Nesse sentido, consideramos muito positivos os resultados alcançados com os projectos “Vamos Nadar”, “Xeque Mate”, “Estrelas vão à Escola”, “Karaté”, “Desporto Fora do Sítio”, “Anda Porto”, “Saltos na Ponte”, “Desporto no Rio”, entre muitos outros, para além dos dedicados essencialmente aos cidadãos com deficiência.

A Cidade deverá criar condições para a prática desportiva, formal e informal, essencialmente para crianças, jovens, adultos desempregados e ainda para a terceira idade. A REMUPE – Rede Municipal de Polidesportivos de Exterior – criada no actual mandato, deverá prosseguir os fins a que se destina, nomeadamente através da celebração de protocolos com outras Instituições, proprietárias de espaços desportivos, manutenção e recuperação dos espaços desportivos existentes e estudo, juntamente com as Juntas de Freguesia, de outros espaços disponíveis para a criação de novos equipamentos. Proporcionar os instrumentos necessários para uma gestão eficiente de todas as organizações ligadas ao desporto amador e apoiá-las, é considerada também uma tarefa a desenvolver.

Importa recuperar o Futebol Amador na Cidade. Lamentavelmente, a Associação de Futebol do Porto tem perdido, nos últimos anos, muitos clubes desportivos de futebol, por despovoamento do centro e por falta de campos onde os jovens possam praticar desporto. Por outro lado, pratica taxas elevadíssimas para as capacidades financeiras dos pequenos clubes. Se o primeiro factor é de mais lenta reversão, o segundo merece uma atenção especialmente sensata, ATRAVÉS DA INTEGRAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E SUA MAXIMIZAÇÃO.

Importa, em paralelo, criar um meio de divulgação maciça, não só da localização dos espaços mas ainda das actividades aí desenvolvidas.

Estudaremos e apoiaremos iniciativas que visem o aproveitamento dos espaços naturais propícios para a prática desportiva em ambiente informal, como o Rio Douro, o Parque da Cidade, entre outros.

O Porto tem condições para promover a realização de eventos que, pela sua qualidade e dos seus participantes, dignifiquem e divulguem, quer a Cidade, quer ainda os seus atletas. Esta é uma área ainda pouco explorada e que merecerá, sem dúvida, a nossa atenção.

## 2. REQUALIFICAÇÃO URBANA

### REQUALIFICAÇÃO URBANA

#### REABILITAÇÃO E RE-HABITAÇÃO DO CENTRO DA CIDADE

O planeamento das vertentes sociais e económicas de uma sociedade exige um planeamento também das suas infra-estruturas físicas. Os problemas existentes na zona mais antiga e central da Cidade (a Baixa) não são exclusivos do Porto. Os estudos e projectos desenvolvidos em cidades europeias semelhantes aconselham a observância rigorosa de quatro princípios básicos que irão nortear a nossa acção:

- Sustentabilidade – o desenvolvimento sustentável define-se, essencialmente, como a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas.
- Identidade – o respeito absoluto pela personalidade do território, isto é, pela identidade e pelas características da sua imagem construída, fruto do perfil e da dinâmica económica que sedimentaram o desenvolvimento e idiosincrasia das suas gentes. O processo de re-urbanização tem, por isso, de respeitar a História e as estórias de um povo.
- Criatividade – respeitando a identidade, o processo criativo é a manifestação mobilizadora que potencia o desenvolvimento das capacidades inventivas de um povo.
- Integração – obriga à síntese e respeito pelos três anteriores princípios e à sua integração

com os fenómenos sociais, desde os mais básicos aos mais complexos. Num processo que se pretende de recuperação de património e de memórias, importa incentivar o investimento e colaboração, inovar e recriar, com a participação de todos.

Nos últimos 25 anos, os jovens procuraram habitação em concelhos vizinhos e o comércio perdeu a sua clientela tradicional em favor de grandes shoppings periféricos.

Mas o Porto tem que reagir, reabilitando-se e revitalizando-se. O Porto tem que se assumir como uma cidade capaz de regenerar o seu centro urbano, embrionário de uma mudança exemplar, respeitando o passado importante e apostando num potencial de mudança em que vale a pena acreditar.

O objectivo último, definitivamente assumido pela autarquia, é re-habitar a Baixa, levando pessoas para lá, principalmente jovens, novos negócios e empresas de valor acrescentado, mantendo as já instaladas, recuperando-as e modernizando-as, com apoios concretos. Impõe-se agir sobre o parque edificado, sobre o espaço público e as redes infraestruturais. Criar equipamentos de utilização colectiva de apoio aos residentes e criar incentivos à localização de novas actividades e serviços. Tudo isto deverá ser feito sob os mais elementares princípios da protecção e valorização ambiental, racionalização dos consumos energéticos e aposta na inovação tecnológica.

A Câmara Municipal tem que conceptualizar e implementar um “Contrato de Cidade”, através da Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU), que oriente quem gere e quem intervém, que veicule as entidades tutelares, que comunique uma estratégia aos investidores, com vista à verdadeira reabilitação urbana. É isso que nos propomos fazer.

Entende-se, em resumo, que a reabilitação da Baixa deverá apoiar-se, essencialmente:

— Nas pessoas – pilar fundamental de uma área urbana viva. É indispensável uma nova política de habitação, criando e, sobretudo, agilizando os apoios a proprietários e moradores, de modo a promover a instalação de famílias no centro da Cidade. Os programas existentes não se mostram ainda adequados a esse desenvolvimento rápido e justificam, essencialmente para as áreas críticas, outras medidas de política, mais ágeis e mais apoiadas;

— Nos negócios – como oportunidade para a afirmação da Baixa na Cidade e na Região. Teremos que encontrar uma nova forma de intervenção ao nível da actividade e da estrutura económica, concretizando-se a visão de “Porto Cidade da Ciência”. Modernizar estruturas de negócio existentes e criar novos negócios que suportem o processo de re-habitação, são considerados objectivos essenciais.

— No comércio – factor determinante na revitalização da Baixa. O comércio deverá merecer incentivos e apoios para que mantenha a sua identidade – serviço de qualidade, que fideliza o cliente e interage com a sociedade.

— No turismo, cultura e lazer – como forças intrínsecas à Cidade. O valor patrimonial do edificado e as características ambientais, complementadas com a rede cultural e de lazer serão a base de uma nova política de turismo, que integre os valores culturais, de negócio e de conhecimento. O Porto tem que ver coordenadas as suas muitas e diversas actividades culturais, distribuindo-as no tempo e no espaço, para que, todos os dias, possamos dizer que no Porto, algo está a acontecer e que merece ser visto.

Concretizar estes objectivos implica medidas concretas de apoio:

Para um público-alvo a constituir prioritariamente por jovens, casais em início de vida familiar e seniores com apetência para se reinstalar no centro da Cidade, importará criar serviços destinados à primeira infância, dar qualidade ambiental e física a equipamentos escolares do ensino básico, equipamentos e serviços desportivos voltados para a manutenção e lazer, espaços públicos de qualidade, que comportem estruturas verdes e de lazer, condições de estacionamento de proximidade para residentes e visitantes ocasionais, articulado com uma estrutura de transportes eficiente, quer pública quer privada.

Isto é possível através da revisão da tipologia da habitação, sem alterar a tipologia arquitectónica. Devemos apostar na fragmentação ou divisão de edifícios de maior área e no emparcelamento dos mais pequenos, contíguos, que permitam a execução de programas

preliminares à escala da intervenção que se pretende.

Reanimar o centro da Cidade passa também por concretizar o projecto “Porto Cidade de Ciência”. Com a Universidade, os Institutos Superiores e as Associações Empresariais, a Câmara Municipal deverá incentivar uma cultura de cooperação efectiva, parceria e desenvolvimento de novos negócios baseados na criatividade e no conhecimento, apoiando o empreendedorismo, o desenvolvimento de planos de negócios e a criação de empresas de auto-emprego na zona de intervenção.

Pretende-se que, no centro do Porto se criem condições para um conjunto vasto de iniciativas empresariais como a consultoria empresarial ou ambiental, a formação e qualificação profissional, o design e a comunicação, o vitrinismo, a decoração, o saber da reabilitação urbana e dos processos que promovem a coesão social, a indústria turística, os serviços de afirmação cultural e da organização de eventos culturais.

A Câmara Municipal do Porto tem que estar preparada para este enorme desafio. No actual mandato ficou aprovado o Plano Director Municipal (PDM), que obedece a um modelo urbanístico de baixa densidade, valorizando a qualidade de vida em detrimento da pressão urbana dos grandes edifícios e da ocupação massiva do solo disponível. O seu enquadramento paisagístico procura obedecer, com o rigor possível, ao modelo histórico e cultural da Cidade, apesar da existência de alguns atentados anteriormente permitidos. É, aliás, dentro desta lógica que surgirá a reabilitação do Mercado do Bolhão, a exemplo do que outras grandes cidades europeias já fizeram com os seus mercados de referência, fazendo conviver a sua componente tradicional com uma mais moderna.

Importa agora, com urgência, desenvolver estudos de pormenor e implementar, de imediato, Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), consentâneos com um PDM actualizado, que permitam a proprietários e promotores imobiliários um conhecimento perfeito das regras de licenciamento para que este processo seja, de facto, transparente.

Os serviços municipais responsáveis pelo licenciamento e gestão urbanística sofreram, recentemente uma operação importante de reorganização. Pretende-se uma grande simplificação de procedimentos, uma uniformização de entendimentos jurídicos e a eliminação progressiva de constrangimentos burocrático-administrativos. Esta tarefa não só não está acabada, como constitui a área que menos avançou no actual mandato. Por isso, impõe-se uma particular atenção à sua modernização durante o próximo mandato.

Iremos, assim, perseguir com mais insistência o objectivo da transparência e da rapidez na aprovação de projectos que cumpram escrupulosamente as regras do PDM, bem como a restante regulamentação para edificações urbanas e continuar a rejeitar e até a reprovar os que não se coadunem com o ordenamento existente. Temos consciência que os milhares de processos que herdámos em atraso de aprovação e que ainda não foi possível recuperar, na sua totalidade, têm sido um travão ao investimento. Durante alguns anos apenas se aprovavam, com rapidez, projectos com maior interesse para alguns privados do que para o real desenvolvimento e modernização da Cidade. Os que verdadeiramente interessavam estavam, muitas vezes, bloqueados. Continuaremos imunes a qualquer tipo de interesse particular que choque com o interesse público. Daremos, pois, prioridade às intenções de investimento já manifestadas, cuja análise se encontra atrasada.

A par de uma maior rapidez nos processos de aprovação de projectos, a Câmara deverá promover novas formas de fiscalização – rápidas e eficazes. Trata-se de uma missão estratégica, tão importante como a definição das regras orientadoras dos processos de licenciamento. Poderemos até, por questões de agilização de transparência de procedimentos, vir a recorrer à contratação de serviços de empresas seleccionadas com rigor.

Na recente reestruturação dos serviços, foi criado o Gabinete de Salubridade e Segurança, que funciona 24/24 horas, todos os dias do ano. Olharemos, com interesse e com muita determinação, para os edifícios existentes com problemas graves de segurança e de salubridade, exigindo a sua imediata requalificação, sob pena de interdição de utilização e consequente expropriação.

## AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

O ambiente e a melhoria da qualidade de vida são áreas transversais e que exigem a

intervenção de toda a comunidade. Um projecto sério deverá envolver toda a área metropolitana e todas as instituições, públicas ou privadas, com actividades desenvolvidas em prol da melhoria da qualidade ambiental.

Não é intelectualmente sério anunciar iniciativas pontuais e desgarradas de um plano verdadeiramente assumido pela Cidade.

O Porto terá que cultivar e assumir uma atitude permanente e, sobretudo, persistente pró-ambiente e qualidade de vida! Para tal, terá que criar parcerias em projectos mais vastos com os municípios vizinhos, coordenar as acções desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia e pelos diversos serviços camarários e ter capacidade de mobilização das numerosas instituições de carácter ambiental, recreativo, desportivo e cultural.

Para a criação e sedimentação de uma atitude permanente de protecção do ambiente e fruição dos recursos naturais existentes, a Câmara assumirá iniciativas destinadas a envolver todas as escolas, do pré-escolar ao ensino superior, implicando a população jovem. É urgente otimizar a capacidade de recreio e os jardins dos espaços adjacentes às escolas públicas, mediante a celebração de acordos de uso, em períodos sem actividade lectiva (fins de semana e férias), cooperando na melhoria das suas condições e visando uma utilização pela comunidade, que ao mesmo tempo os preserva. No desenvolvimento destes acordos, proporemos à Universidade do Porto o uso, como espaço público, dos vastos e excelentes jardins tradicionais do Pólo 3 – Campo Alegre.

Vamos incentivar a criação de pequenos espaços públicos de proximidade, destinados ao lazer dos moradores, através da construção de pequenos jardins, à escala da freguesia ou mesmo do bairro residencial. Apoiaremos projectos urbanísticos que aproveitem os espaços existentes no miolo de alguns quarteirões, habitualmente abandonados, focos de insalubridade e marginalidade.

O relançamento do Parque Oriental da Cidade, no Vale de Campanha, deverá assumir o enquadramento do interessante e bem conservado mosaico paisagístico existente, resultado de áreas de actividade agrícola produtiva que lá se encontram. Esta requalificação poderá constituir-se num pólo importante de desenvolvimento e de inclusão social, permitindo a ocupação de tempos livres, com circuitos de cicloturismo e pedonais e, ainda, animação, através da criação de condições para a prática de desportos ao ar livre. Os “desportos radicais” poderão ter também lugar neste vasto território, juntamente com o aluguer de bicicletas e patins, chamando a juventude.

O Jardim do Passeio Alegre será objecto de uma vasta acção de requalificação, tornando-o ainda mais agradável e atractivo, no âmbito do projecto de construção dos Molhes do Douro.

Pequenas feiras de artesanato, velharias, livros, produtos biológicos, etc. poderão chamar população, com interesses variados, para a vida ao ar livre e passeios pedonais, e promover o aparecimento de pequenos negócios de ocasião.

Em termos de experiência piloto e aproveitando sinergias existentes, será promovido o lançamento de hortas sociais.

Por outro lado, o Vale de Campanha poderá constituir-se como uma ponta do grande projecto do Freixo, com a natural ligação pelo Rio Douro, até à zona da Foz, num projecto com grandes preocupações ambientais. O estudo deste projecto deverá incluir esta preocupação e motivar os vizinhos concelhos de Gondomar e Vila Nova de Gaia para a participação activa. Sendo um projecto de grande envergadura, não poderemos prometé-lo apenas para um mandato, atentas as restrições orçamentais.

Chegados à Foz deparamos com um conjunto de praias que fizeram as delícias e trataram a saúde de tantos portuenses e cidadãos do interior e que, lamentavelmente, hoje estão poluídas. Teremos que assumir o seu tratamento em prol da sua qualificação progressiva, para merecerem a “bandeira azul” e serem devolvidas e fruídas intensamente pela população.

Também esta não é tarefa fácil. Não é correcto prometer sem ter a noção clara das dificuldades que se apresentam. Sabemos que teremos que:

- Implicar, neste projecto, as outras autarquias ribeirinhas por onde passam rios poluídos como o Leça, o colector/ribeira da Circunvalação e todo o estuário do Douro;
- Pela nossa parte, há que promover a limpeza do areal, melhorar os acessos gerais, especialmente para deficientes, instalações sanitárias, chuveiros, apoios de praia qualificados;
- Reformar os SMAS numa perspectiva mais interventora nas ligações dos esgotos aos canais

próprios de saneamento e não às águas pluviais, como ainda acontece em muitos casos. A gestão das redes de saneamento e de águas pluviais deverá ser feita de forma integrada, com o controlo permanente das descargas no Douro e nas praias e com a optimização do funcionamento das Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR). Serão criados incentivos, de vária ordem, e campanhas de educação ambiental para a conclusão total das ligações de todas as casas do Porto à rede de saneamento.

Há ainda muito a fazer na valorização das margens de algumas linhas de água, que dispõem de elevado potencial ecológico, paisagístico e recreativo. Estão neste caso, para intervenção prioritária, o rio Tinto, as ribeiras de Lordelo/Granja, de Cartes e de Portuzelo.

Reforçaremos o que tem vindo a ser feito na arborização de parques, jardins e alamedas, travando, por outro lado, o plantio maciço de choupos, cuja florescência é causa directa de múltiplas alergias. O Porto deverá continuar a plantar japoneiras, como faz parte da sua tradição secular.

Também deverá ser considerada a necessidade de tratamento paisagístico das margens da VCI, (da responsabilidade do IEP), primeira imagem da Cidade, particularmente na zona das Antas, com escarpas abruptas, formando um conjunto particularmente inestético. Por outro lado, é importante considerar a necessidade de tratamento sonoro da VCI, evitando o desconforto das habitações que a marginam.

Para recuperar o tempo perdido e os crimes ambientais cometidos, a Câmara Municipal do Porto compromete-se a, conjuntamente com as Juntas de Freguesia, as Empresas, públicas e privadas, ligadas ao ambiente, nomeadamente a LIPOR, promover acções visando o envolvimento e a participação dos cidadãos no governo e na gestão dos seus espaços públicos (nos termos da Agenda XXI Local), o que implica um esforço de divulgação do estado da Cidade, usando as novas tecnologias de informação.

A Câmara Municipal favorecerá a concretização de políticas de racionalização energética e protecção dos recursos naturais (energias renováveis, soluções eco-eficientes, etc), numa perspectiva responsável de sustentabilidade do desenvolvimento.

### 3. MOBILIDADE E TRANSPORTES

#### MOBILIDADE E TRANSPORTES

##### MOBILIDADE URBANA

A Cidade, com as obras que se desenvolveram no âmbito da Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura e do arranque e primeiro desenvolvimento do Metro, sofreu uma das piores épocas da sua história, em termos de congestionamento de trânsito.

À excepção das obras do Metro que estarão todas concluídas até fins de Fevereiro próximo e da conclusão do Túnel de Ceuta, conseguimos concluir todas as grandes obras.

A Câmara deverá incentivar a coordenação das intervenções de conservação e manutenção das ruas, sem que isto venha a transmitir a imagem de “mais uma obra para ajudar a congestionar o trânsito”, numa perspectiva de facilitar a mobilidade na Cidade. Assim mesmo, procuraremos que as intervenções, em que isso seja possível, se façam durante a noite ou nos dias de não funcionamento normal dos serviços, tal como já temos vindo a praticar em algumas circunstâncias. Apesar de poderem vir a ter um custo ligeiramente mais elevado, terão, certamente, um custo real menor, atentos os consumos e a poluição que acarretam quando feitas durante o período útil do dia, assim como o bem-estar dos nossos Cidadãos.

É conhecida a posição da Câmara relativamente à conclusão do Túnel de Ceuta, cujo embargo, imposto pelo Governo, continua a manter uma situação de impasse e a não permitir uma solução

adequada que descongestione o trânsito e melhore a qualidade de vida de quem ali vive e de quem ali passa. Tal como apontam todos os estudos técnicos realizados, a saída do Túnel de Ceuta deverá ser bifurcada. Deverá ter uma rampa - entretanto já aberta ao trânsito - para o trânsito local junto ao Jardim do Carregal e deverá ter a sua principal saída logo no início da Rua D. Manuel II, a cerca de 80 metros do Museu Soares dos Reis. O novo Executivo deverá respeitar o projecto proposto, cuja opinião pública já sancionou em diversas intervenções e que, ao eleger esta coligação, voltará a legitimar através do voto.

Mas o congestionamento de trânsito não tem a ver apenas com as obras. A mobilidade urbana tem crescido quase exclusivamente à custa do transporte individual, com custos elevadíssimos para os habitantes do Porto:

- Aumento drástico do congestionamento viário, forçando os cidadãos a perderem muito mais tempo com as deslocações do que o necessário numa situação de maior fluidez de tráfego;
- Degradação da paisagem urbana, já que o aumento do espaço dedicado ao automóvel tem como contraponto a redução dos espaços de circulação e usufruto dos peões;
- Degradação da qualidade da oferta de transporte público que, resultado do aumento exponencial do tráfego automóvel, tem vindo a reduzir a sua velocidade comercial, diminuindo, por isso, a sua posição competitiva para com o transporte individual.

Os problemas de congestionamento têm vindo a ser encarados através de um investimento massivo na expansão da capacidade das infra-estruturas: construção da VCI, AE 3, Ponte do Freixo, etc.

Estes investimentos têm tido um efeito de dispersão, quer da habitação quer do emprego, tornando mais rápido o acesso à periferia (Maia, Gondomar, Valongo, Ermesinde, ...) mas aumentando o congestionamento nas áreas centrais, localizadas no concelho do Porto, onde a densidade de ocupação não permite o alargamento da capacidade das vias sem degradar profundamente a qualidade do meio urbano.

Assim, e duma forma geral, a produção de infra-estruturas rodoviárias tem vindo a retirar competitividade à Cidade do Porto, pois tem contribuído para a saturação viária no coração da Área Metropolitana, com a conseqüente redução da qualidade de vida no Porto e reduzindo a acessibilidade desta aos territórios vizinhos.

Nos próximos anos tem de continuar a haver uma alteração drástica nos padrões de mobilidade, para que esta se apoie, cada vez mais, no transporte público e menos no transporte individual.

Esta inflexão do ciclo do transporte individual a favor do transporte público é urgente e tem diversas vantagens:

- Aumento da qualidade de vida urbana, em particular no centro da Cidade (Baixa, Boavista, Ribeira) e nas áreas de atravessamento (por exemplo, eixos Batalha - Campanhã - S. Roque, Boavista, Pasteleira - Campo Alegre), onde poderão ser devolvidos espaços aos peões e reduzidos os níveis de poluição e intrusão;
- Maior competitividade das áreas centrais, em particular da Baixa, já que com um menor nível de congestionamento e um melhor serviço de transporte público se torna naturalmente muito mais atractiva, quer do ponto de vista comercial quer residencial.

Cumpra ter presente que os habitantes do Porto são aqueles onde o transporte individual tem menos peso, dentro da Área Metropolitana nas deslocações pendulares (45%), pelo que serão os maiores beneficiados pela melhoria do sistema de transporte público.

O Metro de superfície, vulgarmente designado por eléctrico rápido, que temos na AMP, constitui, assim, um projecto decisivo para melhorar a mobilidade no Porto. Com a futura entrada em serviço dos dois eixos do Metro (Norte - Sul e Nascente - Poente), com a implementação de um sistema plenamente intermodal, entre a STCP, CP e MP (Novembro 2005), e com a reformulação global da rede da STCP, o sistema de transporte colectivo, a partir do último trimestre deste ano, irá já dar uma resposta muito melhor, em termos de qualidade e de capacidade.

Pelas razões apresentadas, entende-se que será oportuno desenvolver um programa de promoção do transporte público, que integre um conjunto de medidas e de acções, entre as quais se poderão contar as seguintes:

#### Acções de Estímulo à Procura:

- Programa de promoção do transporte público junto dos grandes empregadores, envolvendo os operadores de transporte;
- Acções de promoção junto dos comerciantes;
- Lançamento de medidas destinadas aos jovens, apoiando a Juventude e criando, desde cedo, este hábito.

#### Acções de Melhoria e Reforço da Oferta:

- Eventual alargamento da rede de corredores bus nas áreas de maior oferta;
- Criação de pequena linha de transporte público circular, de apoio à Baixa portuense, atravessando a zona comercial, com rebatimento nos parques de estacionamento e nas outras linhas de transporte público (Metro, STCP, Funicular, Camélias) – traçado a estudar no âmbito do projecto de requalificação da Baixa do Porto;
- Criação de interfaces urbanos de rebatimento entre modos de transporte, sejam interfaces de grande capacidade (casos de Campanhã ou Parque das Camélias) sejam de menor escala como as interfaces bus/metro;
- Implementação da rede de eléctricos históricos através da extensão do seu circuito na Baixa do Porto, (Restauração, Cordoaria, Universidade do Porto, Hospital de Santo António, Restauração e que poderá talvez entrar em serviço já este ano), à Praça - R. 31 de Janeiro - Sta. Catarina - R. de Ceuta - Leões;
- Alargamento do serviço local, semelhante à linha ZH, a outras áreas (Bairro de S. João de Deus, por exemplo), para melhoria do serviço a bairros com baixa acessibilidade ou distanciados da rede de transporte público, através de protocolos com a STCP;
- Fomento de parques de estacionamento periféricos (park & ride) com tarifas que combinem o estacionamento e o uso de transporte público, em zonas de grande oferta, de modo a reduzir a pressão de transporte privado nas áreas centrais (exemplos possíveis: H. S. João, usando a Estação de Recolha da STCP, eixo de S. Roque da Lameira ou Parque do Castelo do Queijo, criando um interface à superfície);

Valerá, ainda, a pena estudar outras medidas como a promoção do transporte em bicicleta, com a criação de uma rede de ciclovias.

Com base nas novas tecnologias, teremos que continuar a aplicar, de forma intensiva, os mais modernos métodos de gestão de tráfego urbano, nomeadamente:

- Aferição permanente e correcção dos tempos dos semáforos, por regulação automática em função dos caudais de tráfego;
- Introdução, em regime experimental, de formas automáticas de gestão na circulação das faixas bus, rentabilizando-as para transporte privado durante os tempos intermédios, quando os haja, entre viaturas autorizadas.

Outras medidas mais duras terão que prosseguir a sua aplicação, nomeadamente a do regime horário para a circulação de viaturas pesadas, que abastecem a Cidade, e o combate, sem tréguas, ao estacionamento de segunda fila, grande responsável pelo aumento médio dos tempos de circulação na Cidade.

## O METRO DO PORTO

O desenvolvimento sustentável das cidades e da Área Metropolitana exige o recurso a soluções de mobilidade menos dependentes do transporte individual. O metro ligeiro constitui um novo conceito de mobilidade, mais rápido, mais acessível, mais moderno, com maior conforto e mais integrado no meio urbano.

Importa que seja inter-operável, entre redes, e inter-modal com outros transportes colectivos e com o próprio transporte individual. Na área empresarial, este transporte inovador exige, também, novas formas de “competição” entre as empresas de transportes metropolitanas, públicas ou privadas.

O Metro do Porto é, pelas suas características de rede, um dos exemplos mundiais mais

ilustrativo das enormes potencialidades deste novo conceito de transporte. As linhas em meio urbano ou suburbano, já em operação, e as estações enterradas ou à superfície, já em funcionamento, demonstram as diferenças e as vantagens do “light rail” ou, também denominado, eléctrico rápido. É, assim, já possível imaginar como o Metro do Porto poderá estruturar um novo modelo de desenvolvimento económico e social da Cidade e da Área Metropolitana do Porto.

O Município do Porto terá que, junto do Governo, assegurar que o projecto não tenha qualquer entrave e, sobretudo, que sejam assegurados os fundos necessários ao prosseguimento da obra. Continuaremos a pugnar para que o Projecto Metro do Porto seja muito justamente incluído nos grandes projectos de investimento do País.

A conclusão das estações do IPO e do Hospital de S. João - decididas há mais de sete anos – são urgentes para assegurar o transporte de quantos lá trabalham, dos que lá se dirigem para tratamentos, consultas ou visitas e, ainda, para os moradores das proximidades. Às razões então apresentadas para a sua localização à superfície, acresce uma questão importante de segurança, na gestão de grandes caudais de utentes a horas determinadas.

A linha laranja de sentido Nascente / Poente, com passagem por Matosinhos e pelo canal central da Avenida da Boavista, tal como a extensão da linha que hoje termina no Estádio de Dragão para Gondomar - ambas aprovadas no Conselho de Ministros de 31 de Julho de 2003 - deverão ser rapidamente concretizadas, por constituírem eixos estratégicos no âmbito da mobilidade global da cidade, em particular, e da rede de Metro, em geral.

A segunda ligação a Vila Nova de Gaia é imprescindível para reduzir o congestionamento da ponte da Arrábida e para melhor servir os dois concelhos mais populosos da AMP.

O Metro deverá, assim, assegurar a sua ligação estratégica entre todos os grandes geradores de tráfego.

## 4. DINAMISMO E NOTORIEDADE

### DINAMISMO E NOTORIEDADE

#### PORTO, CIDADE DE CIÊNCIA

Da alma do Porto faz parte um profundo respeito pelos seus antepassados, o gosto pelo rigor, coragem, ambição e um forte sentido colectivo. O Porto foi, contudo, sempre inovador. A Cidade atingiu o momento certo para se consagrar como “Cidade de Ciência”.

Trata-se dum desígnio antigo, perseguido por muitos investigadores, que encontra na actual conjuntura autárquica a sensibilidade bastante para, finalmente, se concretizar.

Dois projectos incluídos num só programa:

- Um projecto virado para as ciências exactas, biológicas e médicas.
- Um outro voltado para as ciências humanas, centrado prioritariamente nos problemas sociais.

Um dos pilares desta nova divisa da Cidade assenta na promoção da transversalidade nos diversos campos do saber. Não cabe à autarquia promover a investigação, mas importa criar condições para que as áreas científicas ligadas às ciências médicas, psicológicas, sociais e humanas, encontrem eixos transversais de ligação entre si. Pretende-se racionalizar todos os meios disponíveis e assim potenciar os recursos existentes.

A Academia da Cidade já começou a encontrar (e no futuro mais encontrará) no projecto “Porto Cidade de Ciência”, um clima catalizador da investigação, um ambiente gerador de coerência na projecção e aproximação de várias linhas de investigadores e outros cidadãos.

O projecto acarinhará a edição de livros sobre a história dos homens que ajudaram a consagrar o Porto como uma grande Cidade de ciência e de cultura. O primeiro desses livros, centrado ao redor da grande figura do Porto que foi Abel Salazar, já está pronto e sairá no mês de Outubro.

Outros dois se seguirão provavelmente ainda este ano.

Estão já ao serviço da Academia Portuense dois apartamentos devidamente equipados, cedidos pela Câmara Municipal, destinados a apoiar cientistas e estudantes que procuram no Porto o encontro com a ciência.

Promover-se-á a construção dum roteiro dos cientistas. Homens como Ricardo Jorge, Abel Salazar, Corino de Andrade ou António Maria de Sena, serão consagrados na Cidade com esculturas criadas pelos artistas do Porto. Alguns dos grandes cientistas de renome mundial serão homenageados no Porto. Ainda no presente mandato e, no âmbito desta iniciativa ligada ao “Porto, Cidade de Ciência”, Hanna Damásio e António Damásio serão homenageados.

Outro grande objectivo do projecto assenta na promoção da transversalidade. Importa criar condições para que as diversas áreas científicas que se mostrem úteis para o desenvolvimento das ciências humanas, encontrem formas de trânsito entre si. Os diversos programas de investigação encontrarão no projecto “Porto, Cidade de Ciência” um fundo transversal, gerador de coerência nos objectivos e nos métodos, de forma a racionalizar os meios e otimizar todos os recursos disponíveis.

Interessa, igualmente, estender a transversalidade científica a todos os pólos académicos que privilegiem tal desiderato, enfatizando, com particular atenção, as relações com os diversos núcleos científicos emergentes da Universidade do Porto.

Doravante e, seguindo o caminho já percorrido ao longo de 2004 e 2005, o Porto assumirá definitiva e irreversivelmente o seu merecido estatuto de “Cidade de Ciência”.

## CULTURA

O futuro da Cidade exige a melhoria da qualidade de vida das pessoas e, conseqüentemente, a melhoria das suas competências. Só assim se conseguirá que sejam competitivas, o que é hoje problema central das suas vidas.

Por isso, o futuro da Cidade passa por uma aposta na cultura e por um reforço do sentimento de cidadania e da integração na comunidade. A cultura tem, assim, de ser factor de desenvolvimento e de coesão social.

A estratégia cultural, para 2005/2009, deverá ser de desenvolvimento para a Cidade. Deverá mostrar claramente que se trata de um projecto de requalificação cultural, pois a Cidade carece de ser mobilizada. Reina, entre os agentes culturais verdadeiramente capazes um certo estado de desânimo, que poderá ser aproveitado como uma oportunidade excelente para mostrar que pode haver uma nova política, com uma estratégia bem definida, metas a atingir, enfim um plano de acção com a definição de objectivos claros. Este programa deverá ser sobretudo um salto de qualidade do lado da oferta, para também provocar um aumento do consumo e da fruição cultural. Deverá constituir um projecto consistente, que ajude os portuenses a criar uma relação mais próxima com a sua Cidade, através de uma programação equilibrada entre as actividades de festa e as actividades estruturantes e de efeito duradouro, que consiga fazer com que as pessoas se orgulhem da sua Cidade, depois da oportunidade perdida que foi a Porto 2001, cujos efeitos se esgotaram no momento, não tendo conseguido criar novos públicos que ajudassem a construir mais facilmente o futuro.

Este projecto deverá espelhar um conceito de cultura plural, com dinâmicas multiformes e sentidos diversos em que sejam visíveis:

- a qualidade e a inovação das actividades;
- a eficiência da gestão dos equipamentos culturais;
- a capacidade de mobilização de públicos – para além da cultura erudita importa valorizar as culturas tradicionais em que a Cidade é rica;
- a articulação entre as diversas instituições;
- uma forte estrutura de divulgação, de coordenação e de marketing;
- a vontade de ser um projecto que contribua para a inclusão social.

Eixos orientadores:

- a Estratégia de Lisboa (a sociedade do conhecimento e da informação, a educação e as novas tecnologias);

- a valorização da educação como um factor de melhoria de vida, de ascensão social e de condição de empregabilidade, sobretudo dos jovens;
- a imprescindível articulação entre a educação e a cultura;
- a necessidade de requalificação cultural da Cidade.

Objectivos essenciais:

- reafirmar a importância da cultura na Cidade, aproximá-la das pessoas, divulgando bem o conceito de cultura que está subjacente a este novo projecto (melhoria de competências, condição para melhor obtenção de emprego, factor de melhoria de vida e de ascensão social);
- articular os equipamentos culturais, promovendo um espírito de entendimento e de colaboração;
- implementar o projecto PORTO DIGITAL – carta cultural e turística do Porto;
- dar uma dimensão cultural aos projectos educativos das escolas. Desenvolver e articular planos de actividades junto dos diferentes graus de ensino (este projecto tem vindo a funcionar bem e envolve escolas do ensino básico e instituições culturais da área dos Museus, da música, do teatro, da dança e da informática. Pode vir a ser melhorado se conseguir melhorar ainda mais a articulação);
- fazer uma avaliação nos museus municipais, quanto à sua organização e qualidade de prestação de serviços e exigir do Ministério da Cultura uma gestão competente e eficaz do Museu Soares dos Reis, cujo espólio pertence em larga escala à CMP e que hoje tem um fraquíssimo número de visitantes;
- tratar o espólio dos artistas da Cidade (pintores, escultores, arquitectos, escritores, etnólogos, etc) e divulgá-los, nacional e internacionalmente;
- definir critérios que suportem a produção de eventos que se situem no cruzamento entre a produção cultural e os diferentes públicos;
- criar novas dinâmicas culturais, estimulando os agentes culturais a produções que subam o padrão da qualidade, que atraiam o público e que, assim, consigam ultrapassar a tradicional subsidio-dependência;
- gizar actividades capazes de atrair o grande público e que se tornem, sempre que possível, marcas da Cidade;
- restabelecer uma relação orgulhosa e civilizada dos portuenses com a sua Cidade;
- potenciar o turismo de negócios e o turismo cultural;
- equilibrar as produções efémeras com o desenvolvimento de projectos estruturantes;
- remodelar toda a estrutura de divulgação, a começar pela Culturporto, que tem que ser reestruturada.

Importa fazer um diagnóstico da situação de todos os equipamentos culturais que o Pelouro da Cultura gere. É necessário implicá-los directamente no processo - reunir com todos, pedir um relatório e pedir-lhes uma proposta de programação para 4 anos.

A Câmara terá que ouvir as necessidades sentidas pelas instituições culturais e pelas associações/fundações e participar numa reflexão sobre a importância da cultura para a Cidade, pedindo uma programação, com projectos de qualidade, estimulando a inovação.

Deverá, ainda, ser avaliada a situação de museus não municipais, igrejas e monumentos, no que se refere a condições de abertura ao público e dar a perceber a todos que se pretende, com eles, criar uma “ideia “ de um projecto cultural para Cidade, também com a sua participação.

A divulgação das iniciativas culturais é uma das grandes lacunas da Cidade. Esta tarefa deve ser muito bem estudada e a sua implementação deve ser entregue a profissionais competentes. É preciso perceber que esta é uma das “chaves” do sucesso do projecto.

Para tal, é necessário:

- divulgar os eixos estruturantes deste novo conceito de cultura;
- reestruturar totalmente a máquina de divulgação;
- estabelecer uma estratégia de comunicação e marketing do pelouro.

Sem isto, jamais se conseguirá provocar o efeito surpresa, pela apresentação de um projecto de

requalificação cultural e dar visibilidade à mudança que se pretende operar.

Mas, a programação terá de se manter como a prioridade estratégica:

Museus - Os museus terão de se tornar, de facto, mediadores entre culturas, espaços de fruição cultural e de encontro social. Num ambiente de globalização, sabe-se que o processo de integração de todos os países europeus será muito complexo. Cabe aos Museus, enquanto guardiões do património, a explicação e a defesa da identidade de cada País - um importante papel, para além do educacional. O Museu tem também uma obrigação de promoção e integração social, hoje felizmente já reconhecida.

Projecto Porto Digital / carta turística e cultural - O acesso melhorado à informação sobre o património cultural, através do recurso às tecnologias de informação (Internet), é uma prioridade. Deverá ser usada linguagem específica, que vá de encontro a programas educativos e da comunidade escolar. Representa também uma melhoria de recursos que permite às estruturas culturais melhorar a informação, quanto ao acesso, visitas orientadas, colecções e seus conteúdos, desenvolvimento de oficinas, ateliers, clubes e produzir materiais de qualidade de divulgação e informação.

Este projecto, que já começou a ser trabalhado, está em bom andamento. Estão envolvidos todos os Museus da Cidade. Irão ser igualmente envolvidos jardins e monumentos.

Plano para a Cultura e para a Educação - Os Pelouros da Educação e da Cultura deverão, conjuntamente, promover:

- o reforço da componente educativa das estruturas culturais;
- a edição de um Roteiro cultural do Porto – inglês, francês, espanhol, alemão – com 2 níveis de aprofundamento (um para as crianças e outro para os adultos);
- dar o necessário apoio à produção de materiais pedagógicos de qualidade (material de apoio ao professor, guia de recursos para a visita, fichas de observação, ampliações fotográficas, etc.);
- disponibilizar, “on line”, em linguagem específica para a comunidade educativa, as colecções dos Museus.

Animação de rua e de bairro – não podemos esquecer o carácter festivo, tradicional do Porto e das suas gentes. Vale a pena, por isso, estimular projectos que envolvam a população e que sejam estudados para animar as condições de vivência dos cidadãos, nos espaços de rua e de bairro. Trata-se de acções simples e que valorizam a participação das pessoas na animação de espaços comuns, para além de se assumirem como factores de recriação de tradições da cultura popular, envolvendo instituições públicas e privadas, escolas e clubes. Nos Bairros deverá ser prevista a existência de animadores culturais, a montagem de palcos e de instalação sonora, sempre com o apoio efectivo da comunidade civil, das irmandades e colectividades locais, independentemente da continuidade do “Porto – Bairro a Bairro”, um sucesso que se impôs por si próprio.

É necessário reactivar o Centro Regional de Artes Tradicionais, CRAT, instalado numa casa da Rua da Reboleira, cuja acção está quase paralisada.

Espectáculos altamente mediáticos - na área das artes performativas e da música, aproveitando as excelentes infra-estruturas de que o Porto dispõe;

Manter e melhorar os apoios à Festa de S. João, como festa popular – respeitando o profundo sentimento da Cidade, nesta grande festividade com projecção nacional e internacional.

Outra área que não poderá ser esquecida é a da recuperação e, sobretudo, aproveitamento do nosso património construído. Estão nestes casos, entre outros:

- Concluir o projecto dos “Caminhos de Massarelos” e assegurar a sua manutenção, aproveitando o investimento já feito;
- Continuar a intervir na “Casa do Infante”, uma das mais notáveis obras do Porto. O arquivo histórico lá alojado é importantíssimo, sob o ponto de vista científico;
- Os dois fornos da Fábrica de Massarelos, junto ao pilar Norte da Ponte S. João, recentemente recuperados, deverão ser aproveitados para a divulgação da História da Cidade, num quadro interpretativo do grande património da indústria da cerâmica do Porto e Vila Nova de Gaia. Os Castelos da Foz e do Queijo, sobretudo aos fins-de-semana, poderiam oferecer sessões de divulgação da História do Porto, particularmente para quantos se passeiam nas suas

imediações;

— Recuperação efectiva da Ponte D. Maria Pia.

Há, de facto, muito a fazer no sentido da preservação deste património, mas os recursos financeiros são escassos. Por isso é imperioso assumir que terá que ser encontrada uma nova política cultural. As instituições ligadas à Cultura – monumentos, museus, galerias de arte, bibliotecas, espaços de espectáculo deverão encontrar o seu lugar na política cultural da autarquia e reverem-se nela.

Mas, para que a política cumpra a sua missão, é necessário aliar à programação cultural uma missão educativa: é urgente que os equipamentos culturais consigam estabelecer uma ligação com os públicos, que façam com que uma ida a esses equipamentos se traduza numa experiência que leve à reflexão e ao espírito crítico, que estimule a curiosidade e o sentido estético, a capacidade de expressão e, nesse sentido, possa representar um processo de aprendizagem e de construção do conhecimento.

## TURISMO

O centro da Cidade detém, ainda, um enorme capital de prestígio que vale a pena aproveitar na sua regeneração habitacional e comercial. Aos grandes centros culturais como Serralves e a Casa da Música, juntam-se o Teatro Campo Alegre, o S. João, o Coliseu, o Rivoli e o Carlos Alberto todos já recuperados. Alinham-se, agora o Batalha e o Sá da Bandeira, devendo também equacionar-se o Trindade e o Águia d'Ouro.

A actividade turística, que vai crescendo de forma sustentável, deverá valorizar a Baixa e o Centro Histórico. O Porto merece um lugar de grande destaque na Rota Internacional do Barroco, atraindo o turismo cultural, e as lojas de prestígio e de valor patrimonial – imagem de marca do Porto comercial – deverão integrar os roteiros de visita à Cidade.

O Turismo e a Cultura não poderão estar dissociados, na promoção da Baixa Portuense. Recentes estudos, feitos pelas chamadas companhias de low cost, projectam cerca de 11 milhões de dormidas em hotéis da Cidade entre 2005/2012, com maior impacto no centro, dado o perfil dos clientes. Considerando que o Porto está bem servido de instalações hoteleiras de nível superior, vemos claramente uma oportunidade e, até, uma necessidade de aumento da oferta de hotéis de 2 e 3 estrelas, seja pela reabilitação de edifícios para novos hotéis, seja pela melhoria da qualidade global das muitas residenciais e albergarias existentes na Baixa portuense.

Assim se entende a aposta firme na requalificação da Baixa em termos de hotelaria e restauração, através de uma oferta específica para estes segmentos turísticos em expansão e que são os adequados para o aproveitamento das características dos edifícios existentes.

A par da riqueza do seu património histórico instalado, vértice, como já se disse, de um roteiro do Barroco, as manifestações culturais deverão ter um cunho multifacetado. É possível dar VIDA ao turismo cultural através de espectáculos de rua, teatro, música, divulgação de tradições e outros eventos. Esta oferta variada, fundada também nas tradições, na história e nas festas da Cidade, poderá ter um cunho mais tradicional ou mais contemporâneo, atendendo aos interesses de variados públicos. Para isso, os serviços da autarquia deverão envolver os principais agentes culturais da Cidade (museus, organizadores de eventos, galerias de arte, companhias de teatro, casas de espectáculo, colectividades, associações juvenis, etc), apoiar a reorganização, coordenação e divulgação da oferta turística existente, dando-lhe uma coerência global e incentivar parcerias com os diversos operadores turísticos e transportadores aéreos.

Faremos uma aposta decisiva também na vertente do turismo voltado para os negócios e para os encontros científicos. No Porto temos a sede da maior associação empresarial do País e a maior Universidade portuguesa. Estabeleceremos protocolos e apoiaremos a realização, na nossa Cidade, de Congressos, Seminários ou simples encontros, potenciando o relacionamento internacional dos nossos empresários e da comunidade científica. Indirectamente estaremos também a dinamizar as actividades ligadas à hotelaria.

O relançamento do Grande Prémio Histórico do Porto - Circuito da Boavista, mostrou claramente como é possível assumir iniciativas de grande vulto, contar com o empenho de um vasto leque

de Portuenses que acreditam no sucesso e na imagem internacional e nacional da Cidade. Mau grado algumas críticas surgidas, que emolduravam já uma campanha eleitoral que se avizinhava, a iniciativa encheu a Cidade de turistas, nacionais e estrangeiros, mobilizou os Portuenses e a Cidade em geral e foi qualificada como um dos maiores êxitos conseguidos no âmbito de um turismo que se pretende diversificado com enorme reconhecimento internacional. O Porto deverá assumir-se claramente como ponto fulcral de todo o sistema turístico de uma vasta região, não através de hegemonias bairristas ou domínio administrativo e burocrático, mas liderando pelo exemplo e pelos efeitos das sinergias criadas com a região envolvente. Por isso, continuaremos a apostar no denominado “Eixo Atlântico” e nas ligações com a Galiza, na sequência de outras acções já concretizadas, como, por exemplo, o Guia “Norte de Portugal/Galiza”, editado pela American Express e promovido quando presidimos à Associação do Eixo Atlântico. Apostaremos também num percurso de divulgação do Porto junto das regiões do interior Norte de Portugal, para que volte a ser um destino de excelência, onde o Projecto de instalação de uma Pousada no Palácio do Freixo, constitui, seguramente, um elemento perfeitamente coerente nesta estratégia de afirmação do Porto como destino turístico de qualidade, com forte ligação ao Rio e a todo o Vale do Douro.

#### DINAMISMO NA AUTARQUIA – a reorganização dos serviços:

Fazer do Porto uma Cidade dinâmica exige uma Autarquia igualmente operacional, modernizada, organizada segundo os novos padrões de serviço público e de contacto com o cidadão. Não poderia manter-se uma estrutura que reconhecidamente não funcionava, estava voltada para dentro e passava a maior parte do seu tempo a organizar circuitos internos que se auto-alimentavam e, sem produtividade, não respondiam às exigências da Cidade.

No actual mandato, cedo se constatou a inoperacionalidade da estrutura administrativa da Câmara Municipal do Porto. Na sequência de um estudo encomendado à Escola Superior de Gestão do Porto, em Maio de 2003 começou a ser implementada a nova MACROESTRUTURA na base da qual os serviços passaram a funcionar.

Evidentemente que a aprovação do novo esquema de funcionamento não muda, por si só, velhos hábitos, antigos circuitos e, sobretudo, não recupera, por um simples “estalar de dedos”, os enormes atrasos processuais. A verdade é que a Autarquia vem praticando uma nova concepção de serviço público, menos verticalizada e dividida, mais assente no diálogo entre serviços e, sobretudo, no diálogo com o Cidadão, razão última e única da sua existência.

Um dos primeiros passos significativos foi a criação do “Gabinete do Múncipe”, para uma verdadeira aproximação com os utentes. Acabaram os antigos “guichés” sendo substituídos por um espaço digno, amplo e de atendimento personalizado. A preparação do seu funcionamento exigiu a construção de ferramentas informáticas capazes de permitir o acesso do pessoal do atendimento aos processos, informações e aos variados serviços da Câmara, a partir daí numa função mais de “Back Office”. A formação do pessoal do atendimento foi muito cuidada, não só em termos técnicos mas, sobretudo, em relações humanas. Com pouco mais de um ano de funcionamento efectivo, este projecto tem merecido uma aceitação, por parte do Público, acima das expectativas.

Queremos ir ainda mais longe, neste capítulo:

— Criar um “call center” – serviço de atendimento telefónico, a integrar no sistema e na qualidade do Gabinete do Múncipe;

— No âmbito do “Porto Digital” promover-se-á ainda uma outra linha de contacto e informação, através de “serviços online”, para atendimento por endereço electrónico. Pretende-se disponibilizar este serviço não apenas para atendimento e informação, mas também para contacto activo do Cidadão, podendo aí consultar processos (já disponível), fazer e registar requerimentos, obter directamente certidões, fazer pagamentos de taxas e, também, apresentar reclamações directamente ao serviço a que se destina;

— Para além do Gabinete Municipal de Apoio ao Consumidor (GMAC) queremos criar um Serviço Municipal de Apoio ao Emprego (SMAE), especialmente dedicado aos jovens e a activos desempregados. Reconhecemos que é uma das maiores preocupações dos Portuenses, sobretudo dos mais jovens. Aí procuraremos, por um lado, reunir toda a informação dispersa,

pelos vários organismos, sobre oportunidades de formação profissional e emprego. Abriremos igualmente uma “bolsa de activos” acessível aos empregadores, com informação curricular suficiente para uma primeira procura. Os jovens e as organizações juvenis da Cidade serão chamadas a participar na construção e no funcionamento deste serviço, a eles especialmente dirigido.

— A Câmara Municipal tinha também enormes quantidades de sistemas de informação, desenvolvidos de forma desconexa e sem ligações entre si. É hoje reconhecido que ninguém gere bem sem ter eficazes informações de gestão, actualizadas “ao minuto” e disponíveis para toda a empresa, aos mais variados níveis. Foi, por isso, criada a Direcção Municipal de Sistemas de Informação, que tem a seu cargo o desenvolvimento de um sistema coerente e articulado entre todos os serviços e, sobretudo, com as necessárias ligações aos Municípios, em especial e a todos os interessados, em geral.

Apesar das muitas dificuldades que a administração pública em si mesmo encerra, procuramos oferecer ao Porto, uma Autarquia com serviços de mais qualidade. Por isso mesmo, já concluímos, em três departamentos, a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade, de acordo com a ISO 9001:2000: O Gabinete do Município, o Gabinete de Auditoria e Controlo Interno e o Departamento Municipal Jurídico e Contencioso.

Prosseguir no sentido de CERTIFICAR, a qualidade dos Serviços Prestados pela Câmara Municipal do Porto, exigiu e continua a exigir medidas de grande rigor:

— Desde logo o controlo dos “activos”, no âmbito da nova Direcção Municipal de Recursos Humanos, o que deve permitir a mobilidade de colaboradores entre os vários serviços, mobilizando-os para produzirem mais e melhor, acompanhados da respectiva formação;

— Continuar o controlo e combate ao absentismo, constatados que foram os índices assustadores de baixas fraudulentas e de faltas sem justificação, apesar da legislação e da cultura instalada no País dificultarem sobremaneira esta acção;

— Formação e motivação de todos os que quiseram participar e, por qualquer razão se encontravam “encostados” dentro dos serviços, ou em “prateleiras” de serviços que não se justificavam.

— Criámos um sistema de centralização de compras, acabando com a dispersão dos variadíssimos sectores que faziam compras para os respectivos serviços. É hoje inaceitável que uma organização não centralize o seu sector de compras, conseguindo economias de escala consideráveis, compatibilidade de materiais e sistemas e, para além disso, processos transparentes de concurso e aquisição. Prosseguiremos este processo de rigor e transparência e iremos inevitavelmente alargá-lo, com a severidade necessária às Empresas Municipais participadas.

Reconhecemos que há um sector fundamental ao desenvolvimento – Serviço de Licenciamentos e Edificações Urbanas – onde esta “revolução” ainda não se fez sentir de forma evidente. O licenciamento é um dos principais problemas do relacionamento da Câmara com o Público. Considerando a complexidade do sector e a enorme quantidade de processos em atraso, só em 2004 foi possível iniciar a sua reorganização efectiva.

Temos consciência que o Porto espera a rápida resolução do enorme passivo de processos “encalhados” nos serviços, resultado da pesadíssima herança de políticas anteriores e sabemos que iremos conseguir uma nova dinâmica, motivando e formando os técnicos e simplificando, ou abolindo até, quando se justificar, procedimentos administrativo-burocráticos desnecessários.

O esforço de contenção orçamental e de reequilíbrio das finanças municipais e de rigor nos processos de gestão de recursos físicos, materiais e humanos irá prosseguir em todos os serviços da autarquia, incluindo as Fundações e Empresas participadas. Só assim o Porto poderá ver o desenvolvimento, abraçar a modernidade, assumir-se como vértice de uma região mais alargada, onde não pode perder a competitividade e a liderança natural.

## NOTORIEDADE

As Relações Internacionais:

Em municípios com a dimensão e as características do Porto e que detêm uma tradição importante de relações internacionais, importa prestar particular atenção a esta área de trabalho, sobretudo numa era em que globalização e subsidiariedade se entrecruzam.

Para garantir a notoriedade que o Porto merece, a nível internacional, os serviços encarregues deste sector têm que trabalhar de forma transversal, no interior, e estar permanentemente atentos ao que se passa na Europa, nos Países de Língua Oficial Portuguesa (PLOP) e no Mundo em geral, de forma a garantir a articulação necessária para ganhar coerência, eficiência e eficácia.

Assim, e contrariamente ao passado, a Câmara Municipal do Porto dispõe de um Quadro de Referência Estratégico que traça as grandes linhas orientadoras e que enquadra todas as actividades desenvolvidas no plano internacional, tornando-se o primeiro Município Português a desenvolver este instrumento de trabalho.

Actualmente, face à afirmação de uma nova dinâmica internacional, assiste-se à afirmação do papel das cidades enquanto agentes de política regional e interlocutores das instituições europeias. Estando estas mais dependentes da interacção com outras autoridades locais e regionais, a definição de uma estratégia no âmbito das relações internacionais é fundamental.

O Quadro de Referência Estratégico pretende ser uma proposta de reorganização da acção internacional do Município com os seguintes objectivos:

1. Concretizar acções que garantam a visibilidade e promovam a competitividade;
2. Aumentar o poder de influência nas diversas plataformas políticas de forma a influenciar os processos de tomada de decisão que, mesmo tomados fora do entorno local, afectam os cidadãos e instituições que vivem e trabalham no Município e na sua área de abrangência;
3. Afirmar uma acção ampla, estruturada e concertada, assumindo-se uma postura pró-activa, que persiga objectivos específicos para cada um dos eixos definidos.

No âmbito das Políticas Regionais, na União Europeia, o Porto tem que reclamar o seu espaço de decisão, reforçar o trabalho em rede e favorecer e fortalecer a já existente dinâmica institucional. Apoiaremos, inequivocamente a criação e sustentabilidade de infra-estruturas orientadas para o conhecimento e afirmação de sistemas urbanos policêntricos.

Manteremos e incentivaremos a criação de parcerias interinstitucionais, como factor de projecção e participação nas decisões que ao Porto importam. Trabalhar a agenda política europeia em função dos interesses do Município, nomeadamente nas temáticas relativas à investigação e ao desenvolvimento, será a prova expressa e explícita da dimensão do Porto nas políticas nacional e europeia, na senda da “Estratégia de Lisboa”. A título de exemplo e neste âmbito,

- O Presidente da Câmara do Porto assumiu a Presidência da Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular (2003-2005);
- O Porto participa no Comité Executivo das Eurocidades;
- O Porto é membro do Comité Executivo da Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro;
- O Porto participa nas actividades promovidas pela Conferência das Cidades do Arco Atlântico.

No âmbito da Lusofonia e das relações com os países de Língua Portuguesa, importa sedimentar e potenciar as vantagens da cooperação, no sentido de apoiar efectivamente o estabelecimento de condições que não só potenciem o investimento privado, nestas áreas geográficas, como também contribuam para o incremento da actividade económica local e, consequentemente, para a melhoria das condições de vida das populações.

No âmbito da aproximação do cidadão à Europa, acolhemos e gerimos com excelentes resultados um organismo oficial de informação europeia de segunda geração – Europ Direct – direccionado para o Cidadão. Beneficiaremos se conseguirmos aumentar o relacionamento neste processo privilegiando o envolvimento das Juntas de Freguesia e das Escolas e, ainda, promovendo conferências e debates sobre a União Europeia.

Com a Universidade do Porto, concebemos um projecto-piloto de acolhimento, acompanhamento e integração dos estudantes do universo “Erasmus” (intercâmbio entre universidades),

contribuindo de forma decisiva no processo de construção de uma identidade europeia.

No âmbito da multiculturalidade e da integração, assumimos a importância das comunidades de imigrantes na vida da Cidade. É uma realidade a que temos de estar atentos. Instalámos, por isso, em Junho de 2005, o Conselho Municipal das Comunidades do Porto, constituído por representantes das várias comunidades de imigrantes que se instalaram na Cidade. Beneficiaremos todos se conseguirmos garantir uma correcta integração e a participação efectiva na vida da Cidade, concertando interesses e promovendo o associativismo e o diálogo institucional e multicultural.

No âmbito da Cooperação Descentralizada e das Geminações – foi feita uma cuidadosa avaliação e racionalização do envolvimento do Município em Associações Internacionais, no sentido da apreciação das mais valias retiradas e da importância que esta participação assume no plano global da actividade internacional da Câmara Municipal do Porto.

De destacar a assinatura de um protocolo com o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, no sentido de instalar Solares de Vinho do Porto nas cidades geminadas ou em cidades com forte implantação de comunidades portuguesas. A cidade de Bordéus (França) acolheu já um destes solares e Maputo (Moçambique) e Brno (República Checa) têm processos em fase de apreciação.

Iremos prosseguir a nossa acção junto da Rede de Capitais de Grandes Vinhedos, dada a importância estratégica do Vinho do Porto na afirmação da Cidade, aproveitando esta excelente plataforma para divulgação.

Os grupos de trabalho existentes, nos processos de geminação, têm vindo a produzir propostas de desenvolvimento de projectos multilaterais, de elevado interesse cultural, comercial e de negócios, que merecem ser desenvolvidos, com a participação dos agentes interessados.

#### UMA PALAVRA FINAL PARA À JUVENTUDE E INOVAÇÃO

A Juventude do Porto não pode ficar alheia ao enorme desafio que se coloca à sua Cidade, nomeadamente em matéria de Coesão Social. Embora se tenha vindo a sentir, de alguma forma, alheada da vida política e da participação cívica, a Juventude é generosa e empreendedora, acredita que poderá contribuir para um mundo melhor.

Traçar projectos para o futuro da Juventude, no Porto, não é apenas enumerar algumas iniciativas, nas áreas da Educação, do Desporto e do Lazer – nestas áreas, pensamos que foi dada muita atenção às crianças e aos jovens.

Mas queremos ir muito mais longe:

##### 1. Em matéria de Coesão Social:

A Câmara tomará a iniciativa de, conjuntamente com o Instituto Português da Juventude (IPJ) criar programas de Voluntariado Jovem, chamando os jovens à participação cívica, na reintegração de toxicodependentes, prostitutas, sem abrigo e idosos abandonados.

Participaremos activamente, com as autoridades policiais, na criação de um clima de maior segurança em zonas turísticas e de diversão nocturna, particularmente através do reforço progressivo da iluminação e na colocação de sistemas de vídeo-vigilância.

No âmbito da Educação e do Desporto amador, as páginas do presente Programa são praticamente todas dedicadas às crianças e aos jovens.

Para além disso, estreitaremos os contactos com a Academia do Porto e colaboraremos, na medida das possibilidades da Autarquia, no seu projecto de criação do “Pólo 0”. Exigiremos, da administração central, o financiamento necessário para a recuperação das instalações do CDUP.

##### 2. Em matéria de Requalificação Urbana:

Aproveitaremos a SRU para a dinamização de iniciativas que envolvam os jovens na concepção de projectos que, em termos de condições de habitabilidade e preço, se tornem atractivos para jovens estudantes e casais em início de vida, privilegiando a arquitectura e soluções sustentáveis.

A Juventude é, sem dúvida, o nosso melhor aliado para criação de uma atitude permanente e, sobretudo, persistente pró-ambiente e qualidade de vida. O seu envolvimento neste capítulo é absolutamente decisivo para o desenvolvimento da Cidade nesta área.

### 3. Em matéria de Mobilidade e Transportes:

Para além do que já foi dito, iremos sensibilizar os agentes em causa para a criação de uma política de transportes especialmente dedicada aos jovens no sentido da promoção do uso dos transportes públicos, nomeadamente através da criação de passes especiais para jovens e estudantes.

### 4. Dinamismo e Notoriedade:

Nenhuma cidade pode ser dinâmica se não tiver, nos seus projectos, a participação activa dos jovens.

Torna-se cada vez mais urgente a criação de um cluster de conhecimento e competências na área do tecnológica com base na criação de uma incubadora de empresas.

Este projecto visa criar e fixar massa crítica na Cidade, evitando assim o fenómeno de êxodo de jovens de elevado potencial quer para outras zonas do país quer para o estrangeiro. Visará também recrutar, de uma shortlist dos melhores alunos da Academia do Porto, candidatos a frequentarem formações ou estágios em entidades de referência a nível internacional, tendo como contrapartida a concepção e desenvolvimento de projectos inovadores de interesse público relevantes para a cidade. Este projecto será desenvolvido em parceria com os meios universitário e empresarial, de forma a promover a integração dos jovens nas empresas envolvidas.

O Porto, a médio e longo prazo, transformar-se-á numa referência internacional na área tecnológica, tornando a Cidade mais atractiva ao investimento estrangeiro em áreas até agora pouco exploradas no país, ou seja: concepção e desenvolvimento de projectos de elevado cariz tecnológico.

Nesta matéria, os jovens deverão ser chamados a participar activamente em acções que visem:

- adequar as políticas de inovação para a Cidade à estratégia definida pela autarquia, colocando o processo de inovação ao mais alto nível político, de forma a garantir consensos e articulações entre os diferentes intervenientes no processo;
- facilitar o acesso a plataformas de inovação, nomeadamente as suportadas em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a toda a população e em particular às fontes de inovação;
- reforçar a qualificação e competência da população, em matérias relacionadas com as ciências naturais, engenharias, empreendedorismo e tecnologias. Fomentar a aprendizagem de novas línguas e culturas, nomeadamente em mercados potenciais;
- incentivar a criação de conteúdos e promover iniciativas que sensibilizem a população para a necessidade da inovação como factor de competitividade;
- promover comunidades de aprendizagem, inteligência colectiva ou organizacional, envolvendo o meio escolar, universitário e empresarial;
- criar mecanismos de incentivo a projectos inovadores de carácter tecnológico ou económico;
- a implementação de um modelo de monitorização do índice de inovação e desenvolvimento científico-tecnológico da Cidade, de forma a medir o impacto das políticas implementadas, e que sirva também de ferramenta de benchmarking

A Câmara Municipal contribuirá activamente para a afirmação do Porto como CAPITAL NACIONAL DA JUVENTUDE, pelo que, para isso, e entre outras iniciativas, realizará anualmente uma iniciativa de grande impacto em que comemorará o Dia Internacional da Juventude. Nessa ocasião, instituirá o "Prémio Anual de Juventude", através do qual serão premiadas personalidades, instituições ou empresas que mais se tenham destacado no apoio efectivo aos jovens.

Porto, Setembro de 2005.

Rui Rio